



ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITURAMA**  
CNPJ 18.457.242/0001-74



**DECRETO Nº 8.747, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.**

**“Regulamenta o valor do adiantamento aos motoristas lotados na Secretaria de Saúde e dá outras providências”.**

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica estabelecido o valor de adiantamento de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais a cada motorista lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** A prestação de contas do adiantamento que trata no artigo anterior deverá ser feita na forma da Lei Municipal nº 5.306 de 21 de janeiro de 2025.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal n.º 7.950-A, de 10 de maio de 2021.

Iturama-MG, 21 de janeiro de 2025.

**Dr. José Herculano Pereira dos Santos**  
Prefeito Municipal.

Certifico e dou fé que este decreto foi publicado no Diário Oficial em

24 / 01 / 2025.

  
Secretário Municipal de Administração.





### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A presente regulamentação dos valores referentes aos adiantamentos destinados às viagens realizadas para o transporte de pacientes atendidos pelo serviço público de saúde do Município de Iturama, sem restar dúvidas é necessária considerando a nova Lei Municipal nº 5.306 de 21 de janeiro de 2025.

A ausência de definição legal sobre os valores máximos para esses adiantamentos tem gerado a necessidade de uma regulamentação específica, que assegure maior clareza, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

O objetivo deste decreto é proporcionar condições adequadas para que as despesas relacionadas às viagens atendam de forma justa e precisa às demandas da saúde pública municipal.

As viagens realizadas para o transporte de pacientes, sobretudo em situações de urgência e transferência, demandam uma previsão adequada de recursos que contemple as despesas essenciais e permita a continuidade do atendimento com eficiência.

A regulamentação proposta busca também garantir a conformidade com os princípios da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.